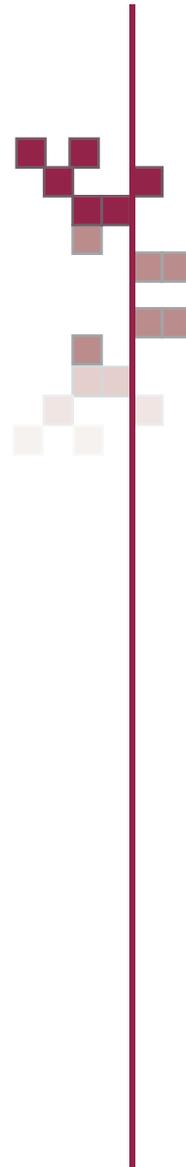


Modos de governo na produção de ontologias algoritmizadas

Modes of government in the production of algorithmized ontologies



George Saliba Manske¹
gsmanske@yahoo.com.br

Santiago Pich²
santiago.pich@yahoo.com.br

Fabio Zoboli³
zobolito@gmail.com

Resumo

Temos como pressuposto que as recentes produções de informações digitais e tecnológicas do fim do século XX e do início do século XXI, aliadas aos avanços da biologia molecular, criam uma nova economia e política dos signos, assim como, novas possibilidades de construção de sujeitos e modos de governo. Há nesse movimento, a configuração de uma nova biopolítica em que os seres humanos têm sido produzidos em meio às suas capacidades de absorção nessas linguagens, promovendo armazenamentos e projeção de vida por meio de algoritmos e linguagem biomolecular. Nesses modos de produção da subjetividade, o 'eu' é transmutado em um 'perfil', forjado enquanto objeto de governamentalidade. Diante disso, consideramos que tais processos produzem possibilidades ontológicas e de governo, alicerçadas nos atuais modos de produção de informações sobre a sociedade e indivíduos, balizadas, sobretudo, por informações digitais e biomoleculares em práticas de algoritmização da vida no interior do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Ontologia. Algoritmo. Biopoder. Governo.

Abstract

Main argument of this paper is that the recent productions about digital and technological information at the end of the 20th and the beginning of the 21st century combined with the development in molecular biology create a new economy and politics of signs, as well as new approaches for producing subjects and modes of government. There is in this process the configuration of a new biopolitics where human beings have been produced being captured by these languages, promoting storage and projection of life through algorithms and biomolecular language. In these modes of production of subjectivity, the 'Self' is transformed into a 'profile', built as an object of governmentality. In view of this, we consider that such processes produce ontological and government possibilities based on the present modes of producing information about the society and the individuals, guided by digital and biomolecular information in practices of algorithmization of life within contemporary capitalism.

Keywords: Ontology. Algorithm. Biopower. Government.

1 Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

2 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

3 Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Introdução

Vivemos na sociedade da informação. Essa afirmação é reificada constantemente em nossas ações cotidianas, seja pelas nossas práticas, saberes circulantes ou pelos diversos atravessamentos culturais e sociais que nos engendram enquanto 'seres-informatizados'. O momento atual é marcado por atravessamentos nos modos de produção de informações sobre tudo o que o cerca, incluindo a nós mesmos, sendo esta uma das principais características de nossa sociedade contemporânea.

Para Castells (2000), a sociedade informacional é caracterizada por uma transformação e revolução tecnológicas sem precedentes – e, por conseguinte, isso implica em transformações econômicas e sociais em curso desde o fim do século passado, alterando nossas formas de vida individual, mas, sobretudo, coletiva, e nos colocando como nunca antes em redes compartilhadas. Isso se inicia, para Castells (2000), com a revolução das tecnologias de informação, tais como a emergência da internet nos anos 1960, nos EUA, gerenciada pelo Departamento de Defesa norte-americano.

A partir das configurações emergentes desses saberes e práticas informacionais, muitas consequências são apontadas, tais como nos campos social (alterações nos modos de convivência), ambiental (alterações nos usos dos recursos naturais de forma conjunta), econômicas (redistribuição dos polos de produção e consumo), culturais (multiplicidade de culturas, hibridismos e produções virtuais de identidades, por exemplo), e políticas (reorientação dos tradicionais polos políticos exacerbados pela guerra fria, por exemplo) (Castells, 2000).

No entanto, caberia questionar de modo inicial se somente seria possível considerar que a sociedade produz informações a partir deste momento histórico, ou seja, se não haveria em outros tempos também a produção social de informações? O que caracteriza, de modo mais específico, isso que denominamos, *grosso modo*, sociedade da informação⁴? Teríamos, por conseguinte, na atualidade, uma exponencial intensidade de produção de informação sobre os seres humanos?

Assumimos que os seres humanos, através da linguagem (*sentido lato*), produzem e interpretam informações sobre as coisas e sobre si mesmos, por meio de práticas linguísticas e discursivas. Destacamos, como parte de um recorte temporal para este texto, que desde a modernidade há diferentes modos de produção de informação e, por conseguinte, distintas informações sobre as pessoas e as sociedades, que operam como formas de governo (Foucault, 2003). Desse modo, cada informação produzida sobre os seres humanos constitui possibilidades de sermos sujeitos e demarca limites ontológicos, isto porque "o ser humano é aquele tipo de criatura cuja ontologia é histórica" (Rose, 2001, p. 35).

Enfatizamos, então, que mesmo que a produção de informações na constituição de sujeitos e(m) suas possibilidades ontológicas, assim como de governo individual e coletivo, tenha se engendrado com práticas científicas desde a modernidade, é na atualidade que percebemos uma ruptura com os saberes e práticas que havíamos vivenciado e registrado desde então. Temos uma nova condição de informações e de produção de informações sobre as coisas e os seres humanos, qual seja, a informacional-computacional em linguagem

4 Cabe destacar que Castells (2000) se refere a esta condição como sociedade informacional, ao invés de sociedade da informação.

de algoritmos, o que cria uma nova economia e uma nova política dos signos. E isso produz novas formas de sermos, em suma, sujeitos, ontologias e, conseqüentemente, outros modos de governo.

A prospecção científico-tecnológica e informacional sobre a vida e sobre os seres humanos têm migrado daqueles registros que Foucault (1988) denominou como biopolítica para outros campos e modos de produção. Rabinow e Rose (2006) tem argumentado que é necessária uma atualização do conceito de biopolítica foucaultiano que incorpore os saberes e informações biotecnológicas do fim do século passado, tais como os avanços da biologia molecular (genética, imunologia e neurociências), por exemplo. Além do mais, nos parece que atualmente há outra migração e atualização latente para a noção tradicional de biopoder, qual seja, aquela que versa sobre a linguagem 'binária computacional', permitindo, por ser outra linguagem, outras formas de produção, interpretação e regulação da vida. Entendemos que há nisso uma outra biopolítica, marcada sobretudo pela revolução tecnológica virtual e digital contemporânea.

Seres humanos têm sido produzidos em meio às suas capacidades de absorção nessas linguagens, promovendo armazenamentos e projeção de vida e sujeitos (vide o Metaverso, as Redes Sociais, Inteligência Artificial, Internet das Coisas, entre outros), que, por meio de algoritmos, projetam um eu (ou ainda, destituem!) não apenas decifrando quem e como somos, mas projetando especialmente nestes algoritmos o que podemos ser e o que seremos. Nesse deslocamento no modo de produção da subjetividade, o "eu" é transmutado em um "perfil", objeto de governo das relações

de poder algoritmizadas. Práticas como essas podem ser 'hackeadas' (*Biohacking*), gravadas e armazenadas em Hardwares (*Recordin life*), ou ainda transformadas em objetos virtualizados traduzidos em algoritmos (*Bio-objects*).

Importa assinalar que a emergência de novos modos de governo da vida dos indivíduos e das populações não pode ser desvinculada do momento atual do capitalismo neoliberal. Dois grandes marcos são reveladores: a) o Projeto Genoma, que em 2003 revelou 92% da sequência do DNA humano, processo culminado em 2022 com a publicação na revista Science do texto "*The complete sequence of a human genome*"⁵; b) o desenvolvimento da internet, criada em 1969, que verá nos anos 90 um grande crescimento com a ampliação do acesso e o surgimento das primeiras redes sociais, e que terá ao longo das primeiras décadas do século XX uma expansão exponencial, levando a uma crescente e vertiginosa digitalização da vida.

Ambos processos acontecem no âmbito das mutações do capitalismo (o que não significa que os entendamos como um processo desencadeado pela mudança na lógica da produção, mas sim apropriado por esta), sendo elas caracterizadas por uma capacidade avassaladora de processamento da informação e de visibilidade da vida, tanto a vida biológica na esfera das moléculas, quanto a vida privada na dimensão das redes sociais e dos aplicativos digitais. Esse modelo de gestão dos dados sobre a vida privada dos sujeitos foi nomeado por Zuboff (2019) de capitalismo de vigilância e de governamentalidade algorítmica (Ruvroy e Berns, 2015). Ainda assim, a economia cada vez mais se digitaliza e os novos ativos que produzem valor, e a partir dos quais se produz valor, são de caráter digital: os

5 <https://www.science.org/doi/10.1126/science.abj6987>

dados. Dados a serem minerados. No âmbito empresarial, a lógica da plataforma digital se torna hegemônica, constituindo o que Srnicek (2018) chamou de capitalismo de plataformas, conceito que aqui adotamos. Interessa-nos problematizar esse cenário no qual emerge um governo de "dupla face" da gestão da vida, no âmbito biomolecular e algorítmico.

Na problematização de tal intento apresentamos a seguir os elementos-chave que organizam a nossa discussão. Em um primeiro momento, apresentamos a noção de biopoder desenvolvida por Foucault e as condições de produção de informação da sociedade por ele analisada, destacando que um determinado tipo de produção de informação promove um tipo de sujeito e governo, neste caso, aquele da emergência das sociedades Estado-nação. A seguir, lemos junto com Rabinow e Rose (2006), por exemplo, a atualização desta noção quando se incorpora os saberes e práticas biotecnológicas do fim do século XX e início do XXI, ressaltando que ali se engendram outras formas de subjetividades e de governo. Por fim, assentamos a discussão naquilo que entendemos como o limiar do contemporâneo da produção de informações, a era digital-virtual da vida, em que se promovem a produção de outras subjetividades e formas de governo e, portanto, novas possibilidades ontológicas em registros no biopoder.

Do biopoder e governo na modernidade: informações físico-descritivas-espaciais sobre o corpo individual e coletivo

As sociedades europeias, entre os séculos XVII e XVIII, foram marcadas por uma série de transformações dentre as quais destacamos

a constituição e a organização das grandes cidades e a formação, ainda embrionária, do que viria a ser os Estados-nação. Desse modo, engendrados pela emergência de um novo fenômeno caracterizado como população⁶, houve a necessidade de recorrer a novas produções de saberes e informações acerca deste fenômeno da época em questão. A criação da noção de população, como um conceito fundamental para a política moderna, se faz com base em uma lógica informacional. Uma vez que governar bem equivale a fazê-lo com base na estatística, nascente ciência dos Estados do século XXVIII (Foucault, 2008), é assertivo dizer que o governo moderno se realiza como política dos grandes números (Desrosières, 2004).

Em um primeiro momento, na assim denominada sociedade disciplinar, emergente neste mesmo período, Foucault (1997) analisa um contingente de saberes (práticas discursivas) sobre os indivíduos que os define, caracteriza e nomeia através de saberes científicos, linguísticos, jurídicos, matemáticos, entre outros, enquanto pertencentes a determinadas categorias ou classes de sujeitos (o infante, o louco, o doente, o velho, o criminoso). Tais saberes se alicerçam em outras tantas práticas que permitem que eles circulem, se reforcem e se renovem, tais como as instituições (práticas não-discursivas) que produzem de igual modo esses sujeitos (escolas, manicômios, hospitais, asilos, prisões). Esses modos de produção de saberes e relações de poder passam, necessariamente, pela produção de informações em torno desses indivíduos. Nesta proposta de análise, as 'palavras' não descrevem as 'coisas', mas sim, de modo radical, as constituem. E isto é considerado como práticas de poder (o

6 A população é, a rigor, uma criação da embrionária sociedade da informação, produzida com base na estatística.

poder de definir) e como práticas de governo (de conduzir sujeitos).

Para Foucault (1999), esta prática de saber-poder individualizante é um eixo ou um polo do que ele vem denominar de biopoder⁷. Por biopoder, ele designa uma forma de governo de corpos, sujeitos e coletividades voltada à regulação de suas vidas, tomando-os enquanto um "conjunto de indivíduos de uma mesma espécie". Para o autor, o biopoder atua em duas frentes distintas: uma centrada diretamente nos corpos dos indivíduos, denominada de anátomo-política dos corpos, com viés disciplinar e individualizante – tal como referimos acima, e outra que os concebia enquanto conjunto, em um coletivo de indivíduos de um mesmo grupo (tomados como suscetíveis aos mesmos tipos de regularidades), denominada de biopolítica. Assim, o biopoder, enquanto forma de governo, constitui-se em modos de saber-poder sobre os indivíduos (individualizante) e em sua coletividade (enquanto conjunto de uma mesma espécie)⁸.

Sobre o eixo da biopolítica, cabe novamente destacar que este está vinculado à multiplicidade dos indivíduos enquanto pertencentes a um mesmo grupo. Em outras palavras, é como uma massa múltipla de sujeitos que têm características e regularidades próprias, as quais precisam ser entendidas e controladas para que se promovam ações eficazes a este grupo social, e para que ações possam ser mais bem efetivadas em sujeitos de uma coletividade.

Uma das principais estratégias da biopolítica é a descrição estatística. A estatística funciona como uma operação de saber-poder-governo em torno dos indivíduos. A estatística

é um ramo científico que – assim como as descrições individualizantes acima referidas – não apenas descreve, mas produz conhecimentos em torno da população ou das coletividades. Portanto, a produção de informações em torno de um conjunto de indivíduos não apenas descreve suas características e regularidades, mas também as nomeia e produz. É desse modo que temos a configuração de um grupo social como sendo mais violento, menos escolarizado, mais suscetível a adoecimentos, entre outros. Tal reflexão não implica na não aceitação de que há fatos sociais que implicam a existência de determinados grupos de indivíduos, e sem dúvida isso existe, mas desloca a compreensão para o fato de que tais descrições sobre coletividades as produzem em termos linguísticos e discursivos, em suas próprias materialidades.

Ao longo do século XIX, se realiza um refinamento dos protocolos de levantamento de dados sobre a população e são criados *standards* internacionais para poder comparar as condições estruturais da riqueza das nações, sendo a qualidade (biológica) da vida da população um parâmetro que desponta pela sua relevância. *Pari-passu* são implementados organismos estatais de coleta e análise de dados sobre as populações nacionais, e a ideia de censo demográfico passa a fazer parte das práticas habituais de governo moderno. Vale destacar que o primeiro congresso internacional de Estatística foi realizado em Bruxelas, em 1853, sob a orientação de Adolphe Quetelet. É relevante assinalar, nesse contexto, que a produção de informação em escala populacional para poder bem governar é um elemento constitutivo do desenvolvimento do projeto

7 O biopoder é a emergência de um novo modo de fazer política que pressupõe a inversão da máxima aristotélica, que postula que o ser humano é um animal político porque é capaz *de logos*, de palavra, o que permite a abertura *ao bios*, à vida politicamente qualificada. A *zoé*, a vida biológica, é a condição de possibilidade para a emergência da política, mas é o elemento impolítico do *par bios-zoé*. Já o biopoder politiza o elemento impolítico, a vida biológica, tanto do corpo indivíduo – anátomopolítica/poder disciplinar, quanto do corpo-espécie, biopolítica.

8 É exemplo deste contexto, as produções e influências de Adolphe Quetelet (1796-1874) sobre a definição do homem médio, a partir de observações matemáticas sobre características físico-descritivas humanas em torno da média (Caponi, 2013).

moderno de Estado-Nação, apostando na premissa de que quanto maior, mais qualificado, e quanto mais veloz for o fluxo da informação, melhores serão as práticas governamentais.

Cumprir destacar que no movimento da analítica Foucaultiana, a emergência da noção de biopolítica é realizada de forma concomitante com a elaboração do conceito de governamentalidade, sendo o curso "Segurança, território, população" (1977-1978) dedicado a esse par conceitual. O conceito de governamentalidade, neologismo cunhado por Foucault para situar a relação entre mentalidade e governo (Lemke, 2017), é definido pelo pensador francês como segue:

Conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por "governamentalidade" entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de "governo" sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por "governamentalidade", creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco "governamentalizado" (Foucault, 2008, p. 143-144).

A longa citação acima nos permite situar alguns pontos importantes para o nosso movimento argumentativo. Em primeiro lugar, a governamentalidade concebe as práticas de poder como um processo relacional que envolve táticas, cálculos, análises, instituições, e que está, portanto, sempre em movimento sem seguir uma fórmula *a-priori*, mas com uma precisão de dados permanente para poder ser realizado. Ainda assim, essa complexa forma de

poder se realiza sobre a população, ela é seu alvo; comporta uma forma de saber principal que é a economia política, e se alicerça sobre os dispositivos de segurança. Diante desse conceito, nos perguntamos como se configura a ideia de população no cenário atual do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019) ou do capitalismo de plataformas (Srniczek, 2018)? Como se constituem as táticas, análises, cálculos e as instituições nesse cenário? Quais são os saberes que emergem para esse novo momento da governamentalidade? Como se reconfiguram os dispositivos de segurança no mundo da vida virtual? Podemos afirmar que a governamentalidade algorítmica (Rouvroy e Berns, 2015; Rouvroy, 2020) é o modo como no ocidente (ou na globalização ocidentalizada) se realiza o poder? Por fim, mas não menos importante, o Estado governamentalizado opera de modo algorítmico ou o governo pelos algoritmos é um fenômeno prioritariamente da ordem do mercado como a instituição reguladora por excelência das relações de poder?

Ainda na esteira da governamentalidade, cumprir lembrar que o governo é concebido por Foucault a partir da elaboração cristã do poder pastoral, como a arte das artes, a *ars artium*, que tem como objeto a condução das condutas (Foucault, 2008), o que implica ações sobre ações possíveis (Foucault, 1995). O conceito de governo incorpora a ideia de que as relações de poder são sempre móveis e de caráter estratégica, uma vez que nelas alguém (indivíduo ou instituição) quer conduzir a ação do outro a partir de uma relação pautada na extração da verdade desse outro, operação que se realiza com base no tripé: exame de consciência, confissão e direção de consciência. A emergência da sociedade do governo algorítmico da vida tem levado à abertura de um

território de investigação que se pergunta sobre os modos em que a condução da conduta é realizada. Despontam nesse registro de pesquisa os trabalhos desenvolvidos por Shoshana Zuboff e Antoinette Rouvroy, esta última desenvolvendo trabalhos em parceria com Thomas Berns, com os quais iremos dialogar, mas consideramos que é oportuno abrir novos horizontes interpretativos para adensar o debate em torno dos modos de realização do governo da vida na contemporaneidade e no capitalismo neoliberal, que tem nas novas tecnologias de comunicação um alicerce central.

O que importa aqui é chamar atenção para o fato de que a produção de informações sobre indivíduos isoladamente (polo individualizante do biopoder, anátomo-política dos corpos), assim como a produção de informações sobre as regularidades de um conjunto de indivíduos (polo da biopolítica) produzem relações de saber-poder e de governo em torno destes. No caso do contexto analisado por Foucault, das sociedades disciplinares e a emergência dos Estados-nação, as informações produzidas, baseadas em determinados tipos de saberes, produzem certos tipos de sujeito, subjetividades e possibilidades ontológicas marcadas pelo contexto histórico da época. Desse modo, tomando essas noções como conceitos-chave para análises, cabe continuar questionando como tais processos ocorrem na atualidade, mediante transformações dos modos de produção de informação, saberes e práticas de governo.

As políticas da própria vida ou o “biopoder hoje”: a vertigem molecular das biotecnologias

Embora Foucault tenha explorado a compreensão de governo no contexto da

discussão acerca da biopolítica para mapear as transformações ocorridas na Europa entre os séculos XVII e XIX, e do biopoder como um novo tipo de poder relativo às forças biológicas características de uma população, ambos conceitos – apesar de centralmente importantes às análises acerca dos modos de governo – tornaram-se de algum modo limitados para dar conta das transformações ocorridas no âmbito das racionalidades e tecnologias dos corpos contemporâneos. Isso porque, apesar de continuarmos necessariamente constituídos pelas forças biológicas que ingressaram nos modos de melhor se administrar a vida (ou seja, do biopoder tal como descrito por Foucault), atualmente temos novos modos de produção de informações sobre seres humanos e coletividades.

Com essa premissa, Rabinow e Rose (2006) procuram discutir os diferentes usos dos conceitos de biopoder e biopolítica utilizados na literatura contemporânea e os modos como Foucault os operou analiticamente em suas obras, indicando, ainda, que foram conceitos não muito sistematizados pelo próprio Foucault e que carecem de maiores investimentos e esclarecimentos conceituais. Nessa direção, esses autores destacam que

na tentativa de fazer um diagnóstico a partir 'do meio', pensamos que o conceito de biopoder direciona nossa atenção em três elementos chave que estão em jogo em qualquer transformação: o conhecimento de processos de vida vitais, as relações de poder que adotam os humanos como seres vivos como seu objeto, e os modos de subjetivação através dos quais os sujeitos atuam sobre si próprios *qua* seres vivos –, assim como suas múltiplas combinações (Rabinow e Rose, 2006, p. 53)

Na esteira desses apontamentos, e baseados em suas produções recentes, Rabinow e Rose (2006, p. 29) assumem “que os conceitos foucaultianos de biopoder e biopolítica mantêm consideráveis utilidades analíticas”, mas que

seria pertinente, ao utilizar tais conceitos no plano da atualidade, incluir novos elementos. Dentre os elementos a serem incluídos, os referidos autores indicam três grandes tópicos que, embora organizados de forma distinta, se articulam e interferem entre si numa cadeia maior de relações, de modo que a distinção entre eles aponta apenas para potencialidades analíticas. Como primeiro ponto, Rabinow e Rose (2006, p. 29) destacam a importância de atentarmos para os "discursos de verdade sobre o caráter 'vital' dos seres humanos, e um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar aquela verdade". Acerca desse tópico, seguem os autores, é possível que haja uma mescla de diferentes discursos de verdade e múltiplos pontos em que eles emergem, como, por exemplo, distintas autoridades: os geneticistas, os *experts* somáticos, os conselheiros vitais, entre outros.

As estratégias de intervenção e as intervenções realizadas em grupos e comunidades sociais, definidos por informações de ordem biológica e denominadas por Rabinow e Rose (2006) como "coletividades biosociais"⁹, conformam o segundo elemento indicado pelos autores na atualidade biopolítica.

Como um último ajuste teórico-metodológico cabe destacar o uso do termo "políticas da própria vida". A noção de "política da própria vida" é a forma como Rose (2013) aborda a atualização da noção de biopoder e biopolítica de Foucault em seus escritos. Inspirado nos argumentos de Rose (2013), é possível enfatizar a biopolítica contemporânea nesses termos, entendendo que a "política de vida de nosso século parece bem diferente" daquela abordada por Foucault em seus trabalhos, entre os séculos XVII e XVIII,

conforme já mencionado. Assim, essa biopolítica contemporânea ou a "política da própria vida"

não está delimitada nem pelos processos de doença e saúde, nem focalizada em eliminar patologias para proteger o destino da nação. Ao contrário, está preocupada com nossas crescentes capacidades de controlar, administrar, projetar, remodelar e modular as próprias capacidades vitais dos seres humanos enquanto criaturas viventes (Rose, 2013, p. 16).

É nesses termos que Rose (2013) assume a noção de uma "política da vida em si mesma" nos modos molecularizantes de pensar a vida, na abertura de espaços para *experts* conduzirem tais tarefas, na construção de subjetividades e coletividades, a partir dos modos de pensar, organizar, arranjar, dirigir a vida procurando sua otimização, melhoramento e correção, especialmente em marcações físicas e corpóreas de ordem moleculares. Desse modo, a 'vitalidade' não está mais apenas ancorada no pressuposto biopolítico (tradicional) de fazer viver, mas de aumentar as suas qualidades, de incrementar, aperfeiçoar e aprimorar o 'viver'. São essas condições que permitem aos seres humanos "experimentar a si mesmos de novas maneiras como criaturas biológicas, como si-mesmos biológicos" (Rose, 2013, p.17), fazendo com que a vitalidade mesma de sua existência se torne objeto central de novas práticas de governo.

Com o avanço das descobertas da biologia molecular, a partir da segunda metade do século XIX, se intensificaram a imagem de vida por meio de uma ontologia genético-informacional. Os avanços na área da genética, da imunologia e das neurociências inauguraram uma nova concepção de vida e o humano passou a ser visto como um feixe de informações, no qual o destino da humanidade estaria inscrito em estruturas minúsculas do corpo: os genes, os linfócitos, os neurônios. Emerge, assim, uma biologia completamente

9 Ambos os autores trabalharam esta noção de "coletividades biosociais" com nomenclaturas ligeiramente distintas em suas obras individuais: "individualidade somática" (Rose, 2013) e "biosociabilidade" (Rabinow, 1999).

nova em relação às precedentes, a vida passa ser vista a partir do molecular e de códigos de informação. Percebe-se que nas interações biológicas do corpo, a informação é uma propriedade emergente, "en el cuerpo vivo, emisores y receptores se confunden y los mensajes son reconfigurados incesantemente; la información no trasciende al cuerpo, es immanente a él" (Rodríguez, 2019, p. 141).

Tais descobertas implicam não apenas em um deslocamento epistemológico nas formas de compreensão sobre o humano e a natureza, mas sim, e sobretudo, em uma mudança ontológica na forma como nos percebemos enquanto ente. "La biología molecular clausura el latido metafísico de la vida transponiéndolo a información, llevando el esquema de la transmisión a nuevos territorios ontológicos" (Rodríguez, 2019, p. 310). Por esses três ramos da biologia molecular trazerem em si uma memória da história de um organismo/vida, a ontologia genético-informacional é também histórica¹⁰. Uma memória que pode sempre ser desprendida e transportada – portátil.

No âmbito desses deslocamentos contemporâneos da noção de biopoder destacamos a guinada genética como exemplo. O tão propalado projeto genoma, findado em 2001, que teve a intenção inicial de mapear a totalidade genética humana para fins de conhecimento daquilo mesmo que nos constitui – daquilo mesmo que somos feitos! – coloca em movimento não apenas outras formas de explicar a vida e o ser humano, mas, sobretudo, a possibilidade de produzir novas informações sobre a vida e o humano. Em suma, há um deslocamento da produção de informações de ordem físico-descritivas a

olho nu (molares) para informações descritivas em termos moleculares (Rose, 2013). Isso afeta a produção de informações sobre a vida e os seres humanos, os produz de modos distintos. Há novas discursividades (saberes genéticos), outras práticas não-discursivas (microscópios, codificadores genéticos, processadores), novo aparato linguístico (par de base de cromossomos, alelos).

Reforçamos: isso produz novos tipos de informações, produz novas possibilidades de sujeição, permite o ser humano se reconhecer a atribuir a si outras significações de existência, constituindo possibilidades de novas ontologias, e reorganiza as ações de governo. Os saberes moleculares da genética, da imunologia e das neurociências abrem ao corpo a possibilidade de distintas composições com outras matérias (orgânicas ou inorgânicas) que podem ser recombinadas molecularmente fazendo com que a vida já não seja concebida como algo inalterável, ou seja, a biologia deixa de ser o destino (Rose, 2013).

As relações entre corpo e vida se modificaram e a molecularidade da vida aliada à biotecnologia nos trouxeram a noção de "material humano". Em termos biopolíticos, a questão do material humano não implica somente a ideia de células, tecidos, embriões, genes, vírus etc., mas também a sua capacidade de serem transformados em "corpos-extendidos" ou "biomassas externalizadas", afinal, "molecularizar la vida significa desligarla de la temporalidad del cuerpo" (Rodríguez, 2019, p. 418). Uma virtualidade temporal que conserva partes do corpo para a "eternidade", flertando assim com a imortalidade. Materiais humanos que se colam com outros a fim de manipular

¹⁰ Por exemplo, no caso particular dos genes, se trata de uma molécula que de algum modo armazena o resultado de uma evolução através de uma forma escrita (alfabeto genético), que, por sua vez, lança instruções para que esses resultados permaneçam, se reproduzam e eventualmente se transformem. Se pode dizer, então, que os genes contêm em forma escrita toda a história evolutiva e, desse modo, se transforma em ponto de contato mais evidente entre semântica evolutiva e informação (Rodríguez, 2019).

um melhoramento ou aperfeiçoar uma suposta "normalidade". Desse modo, Rodríguez (2019, p. 423) afirma: "En la actualidad no hay biopolítica posible sin atender a la biotecnología, y no hay biotecnología sin atender a la biología molecular. Por eso es una biopolítica molecular".

La biopolítica molecular rompe con las condiciones impostas por la biopolítica de las poblaciones, ante todo porque el blanco de ataque no es el cuerpo en su soledad biológica, sino su apertura a los niveles infracorporales, una suerte de física cuántica de la biología, que abre el camino a los procesos de tecnificación más allá de lo imaginado en los inicios de la clínica médica moderna (Rodríguez, 2019, p. 435-436).

A partir da biologia molecular, o corpo é visto como um sistema de informação com códigos transportáveis e reproduzíveis. Com o avanço tecnológico, a ciência conseguiu transportar para as máquinas (ou qualquer outra estrutura artificial) a capacidade de armazenar e disseminar informação. Essa possibilidade técnica de 'maquinizar o humano' ou de 'antropomorfizar a máquina' possibilitou pensar numa episteme 'pós humana' pautada numa ontologia informacional e histórica.

La información es lo que volvería "humanos" a los componentes de un organismo vivo, uniendo los dos extremos de esta deriva epistémica: por un lado, considerado desde el a priori histórico, la fe en que la información contiene en sí un cierto ordenamiento y una organización aplicable a la sociedad, a la técnica y a la vida; por el otro, considerado desde la nueva episteme ya constituida, la fe en que todos los seres vivos y artificiales pueden ser y son meros procesadores de información (Rodríguez, 2019, p. 134).

Com a possibilidade da tecnologia de criar máquinas de informação capazes de traduzir, produzir e emitir mensagens, a ontologia informacional passa a assumir uma condição não humana. Nesse percurso científico, a máquina deixa de ser um simples artefato e a informação já não é mais sinônimo de dados. Essas tecnologias conseguem fazer da

linguagem algo transferível do humano para a máquina. A linguagem passa a ser um conjunto de números, letras, combinações e formas que dão 'alma' a uma nova possibilidade de ontologia informacional. "La episteme moderna puede ser definida como aquella que hace aparecer el lenguaje en el seno de lo humano y la pós-moderna como la que hace aparecer en el seno de lo maquínico" (Rodríguez, 2019, p. 337). E tais relações se aprofundam e se emaranham ainda mais nos contextos de digitalização da vida, em termos algoritmos informacionais das redes da internet presentes a partir da segunda década do século XXI.

A algoritmização da vida: modos de governo computacional-informacional

E atualmente, instalando-nos na segunda década do século XXI, os novos modos de produção de informações, baseadas em sistemas de informação com bases computacional de abrangência virtual e digital, implicam a possibilidade de pensarmos em outras possibilidades de sermos sujeitos? Estaríamos em um limiar de transição de modos de produção de informação que indicam novas potências e necessários ajustes nas noções de biopoder, de modo a tecermos uma história do presente em outras práticas de governo?

Tais reflexões entram no escopo daquilo que Lupton (2019) vem nomeando como "Dataficação da vida"¹¹. Por esta expressão, Lupton (2019) indica uma expansão de variedades de modos pelos quais a tecnologia digital tem direcionado a gravação de aspectos da vida humana e(m) seus corpos e os subjugando e controlando em vias de

11 No original, *Datafication*.

informação digitalizada. A autora toma como exemplos o escândalo da Cambridge Analytica/Facebook em que dados de usuários foram comprados e, possivelmente, utilizados para influenciar um par de contextos sociais, inclusive, as eleições norte-americanas que culminaram com a eleição de Donald Trump, em 2016, e o referendo do *Brexit*, no Reino Unido, em 2017. Para Lupton (2019), tais casos exemplificam o modo como a vida, os seres humanos e a sociedade de modo geral vêm sendo produzidos mediante uma dataficação de informações¹².

Não obstante, Zuboff (2019) também anuncia que vivemos em um contexto socioeconômico marcado pela vigilância e, no caso do argumento da autora, de uma expropriação gratuita da vida pelo capital a partir da exploração de dados acerca dos seres humanos, produzidos mediante as tecnologias de informação e digitais. A autora elabora a noção de Capitalismo de Vigilância (Zuboff, 2019). Em extensa obra, tomando articulações de perspectivas materialistas e econômico-sociais com análises culturais, anuncia a elaboração de um novo contexto no século XXI, marcado expressivamente pela era digital e suas ramificações enquanto uma nova modalidade do capitalismo tardio¹³.

É nesse ínterim que novas formas de produção de informações sobre seres humanos são realizadas. A tradução da experiência humana em linguagens binárias computacionais, por meio de algoritmos, acaba por ser aquela que expressa o que somos ou devemos ser. Há nesse processo, a construção de um novo projeto de ser humano, não mais

nominado como o louco, o criminoso, o infante, tal como no contexto do biopoder dos séculos XVII e XVIII, analisados por Foucault. Tampouco não é mais apenas o ser humano geneticamente fabricado pela compreensão de pares de bases de alelos ou de cromossomos x ou y, tal como a atualização feita por Rabinow e Rose (2006) comentada anteriormente. Contudo, não devemos pensar em uma lógica etapista de superação do governo pelos genes, mas em perspectiva de incorporação e articulação dessas duas formas de governo (pelos genes e pelos algoritmos). Temos aqui uma nova linguagem e discursividades; outras práticas de governo. O ser humano é produzido pela sua interação com as tecnologias computacionais-informacionais e digitais e pela aplicação de Inteligência Artificial, por exemplo, que gestam e projetam um ser específico deste e neste contexto, a saber, o "ser humano dos dados".

Sobre este tópico, podemos aludir as proposições de Deborah Lupton (2019) quando argumenta a favor de alguns conceitos-chave para compressão desses fenômenos. A autora utiliza a expressão "Si mesmo-Dados"¹⁴ para referir a essa nova subjetividade. Afirma, ainda, que esse tipo de sujeito é efeito de uma fusão¹⁵ de dados (sobre) humanos, em que se articulam humanos com humanos, com dispositivos, com *softwares*, assim como, outras coisas, ferramentas, espaços-tempo de interação que promovem um sem número de novas experiências. Aqui reside, a nosso ver, a possibilidade de uma nova ontologia.

É nesse ínterim que a automação dos sistemas de informação e comunicação age na produção de novas formas de seres humanos.

12 Lupton ainda indica uma série de crises de vigilância e segurança operada, sobretudo, pelas assim chamadas "Big 5" (Facebook, Apple, Microsoft, Amazon, Google), que juntas formam o acrônimo FAMAG.

13 Neste contexto, Lupton (2019) desenvolve o argumento de uma "comoditização" da experiência humana nas informações inseridas e disponibilizadas nas redes sociais, por exemplo. Do original "Personal data commodification".

14 No original, *Data Selves*.

15 No original, *Assemblage (Human-data Assemblages)*.

El hecho de que la comunicación humana se recorte como algo digno de mención automática es reciente; tan reciente como el siglo XIX, justamente con el despegue de universo de los signos. La comunicación se convirtió, junto con los signos, en algo independiente, analizable por sí mismo, así como lo fue la biología aislando y poniendo en relieve el problema de la vida respecto a lo que hacían la física y la química. Lo central es que, tamizada por la cibernética y la Teoría General de los Sistemas, la comunicación dejará de ser una cuestión exclusivamente humana. (Rodríguez, 2019, p. 97)

A Inteligência Artificial (IA) é fruto desse movimento em que o cérebro eletrônico processa a informação a partir de todo o aparato lógico associado a ela, ao mesmo tempo em que também comunica essa operação. "La inteligencia artificial se abocó a la creación de dobles de lo humano partiendo de la equivalencia entre pensamiento, lógica y algoritmo" (Rodríguez, 2019, p. 303). Assim, o caráter social do signo se converteu em letra morta, do qual a máquina processa e gera significação. Surge, assim, um novo modelo de governo de subjetividades pautado no algoritmo. "As novas possibilidades de modelização do real, a partir de algoritmos autodidatas, reordenam as práticas estatísticas modernas e participam da emergência de novas formas de controle" (Rouvroy e Berns, 2015, p. 35). Assim, surge também a governabilidade algorítmica, que segundo Rouvroy e Berns (2015, p. 42) "é um tipo de racionalidade (a) normativa ou (a)política que repousa sobre a coleta, agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis".

Com a vida cotidiana e íntima cada vez mais exposta pelas redes sociais, o perfil passa a mediar não só uma identidade, mas também

a exercer uma vigilância onipresente (o tempo todo em todo lugar). Os rastros da onipresença não são fixos, pois os sujeitos munidos de aparatos tecnológicos informacionais vão deixando seus rastros virtuais por onde passam. Um aplicativo instalado no celular é, ao mesmo tempo, algo com que vigio e objeto com o qual posso ser vigiado. O indivíduo passa a ser um sujeito mediado por tecnologias de informação que o transformam e o duplicam em forma de dados/códigos. O perfil pode ser considerado um processo de governabilidade algorítmica na medida em que possibilita a vigilância imanente através das redes. O espaço virtual do perfil passa a ser uma geolocalização¹⁶.

Assim, por exemplo, um aplicativo de compras vai vigiando meses de buscas de produtos de um determinado consumidor e os acumula em uma base de dados que o individualiza. No entanto, este consumidor também é individualizado pelo aplicativo de compras porque o aplicativo devolve a ele produtos similares ao que ele deseja, emanados do processo estatístico de seus próprios gostos e pautado em seu histórico de compras. "Las tecnologías, los algoritmos, dejan de ser medios de individuos que se comunican para integrarse como elemento central de la comunicación misma. Esta sería la realidad de los modos de subjetivación política de lo individual" (Rodríguez, 2019, p. 471).

De outro modo, ainda sobre as possibilidades de problematização ontológica, a partir da 'algo-ritmização' da vida e dos sujeitos via linguagens das tecnologias digitais e da vida, consideramos que o debate proposto pelo sociólogo italiano e independente Mauricio

16 Essa vigilância virtual de geolocalização também pode ser visualizada em aplicativos de mobilidade em que você solicita um transporte, e a sua localização, bem como a do automóvel que te leva, passa a ser 'vigiada' pelo aplicativo, podendo inclusive ser compartilhada. Os cartões de crédito, os localizadores de celular, as tornozeleiras eletrônicas de detentos que cumprem penas em regime aberto, os Sistemas de Posicionamentos Geográficos (GPS), as câmeras espalhadas pelas ruas e lojas que prometem 'filmar seu sorriso', dentre um sem-fim de outros dispositivos, todos têm uma função de vigilância virtual. Aqui, o panóptico da sociedade disciplinar se transforma no sinóptico da sociedade de controle.

Lazzarato também é um referencial relevante no intento de produzir chaves interpretativas sobre o presente. Para esse pensador, o capitalismo contemporâneo produz uma nova ontologia, na qual se realiza um novo agenciamento da subjetividade. Inspirado no pensamento do intelectual francês Félix Guattari, propõe que o modo de produção da subjetividade é de caráter maquínico. A tradicional dualidade sujeito-objeto, ser humano-não-humano, real-virtual é erodida pelas condições emergentes da fase atual da modernidade capitalista. Esse processo se realiza na medida em que, na ordem capitalista, as diferentes semióticas passam a ser alinhadas às semióticas do capital, com particular acento àquelas relacionadas à força de trabalho (Lazzarato, 2014). Consideramos que as ferramentas teóricas de Lazzarato se configuram em um horizonte potente para pensarmos o tempo presente, em particular se nos afiguram relevantes as categorias de ontologia máquina, semióticas assignificantes e servidão maquínica. Entendemos, ainda, que é possível e potente situar o pensamento de Lazzarato em diálogo com o de Byung-Chul Han (2018), quando este analisa o capitalismo contemporâneo a partir da categoria de psicopolítica.

O mundo moderno é, conforme já foi diagnosticado por pensadores, como Martin Heidegger e os representantes da Escola de Frankfurt, o tempo da técnica. Uma marca constitutiva do desenvolvimento da ordem capitalista é a crescente presença de máquinas na vida social, passando a configurar uma dimensão tão imbricada com o fazer humano que sujeito e objeto, corpo e máquina, alcançam um tal grau de indiferenciação que não permite mais distingui-los ou separá-los. Assim, para Lazzarato se produz uma nova ontologia que

tem na máquina a sua marca distintiva. Nas palavras do autor:

Diferentemente de um pensador como Martin Heidegger, para Guattari, a máquina não nos afasta do Ser, ela não vela sua existência diante de nós. Ao contrário, o agenciamento maquínico e a máquina técnica, tida como um dos seus componentes, são "produtores de Ser". As mutações ontológicas são sempre maquínicas. Elas não são nunca o resultado das ações e "escolhas" do "homem" que, deixando o agenciamento, é separado dos elementos não humanos, técnicos ou incorpóreos que o constituem – como pura abstração (Lazzarato, 2014, p. 74).

Invertendo a premissa heideggeriana do velamento do Ser pela máquina, Lazzarato, na esteira de Guattari, entende que o Ser no capitalismo contemporâneo só pode ser acessado pela máquina, uma vez que a produção de uma nova ontologia é de caráter maquínico – uma ontologia maquínica que produz os modos de vida e agenciamentos da subjetividade, nos afetando e nos situando fora da lógica logocêntrica. Esse caráter não-logocêntrico da ontologia contemporânea nos confronta com a necessidade de procurar novas chaves interpretativas para fazer um diagnóstico do presente que se queira acurado, uma vez que as teorias das quais dispomos (inclusive, aquelas produzidas no movimento do giro linguístico) estão marcadas pela lógica do sentido, herança da tradição logocêntrica, que não permite o acesso aos dispositivos maquínicos (Lazzarato, 2006a). Entendemos que esse princípio é próprio do capitalismo neoliberal de plataformas, na medida em que se produz por uma lógica que não é a do sentido, mas da incitação permanente pelo fluxo de dados e pelo gerenciamento da vida realizada pelos *big data*.

A ontologia maquínica tem nas semióticas a-significantes um operador central. Nelas, o sujeito e a consciência deixam de ter um papel central, constitutivo. Os signos deixam

de ter relação com um referente, como na semiologia significacional, para serem "signos de poder" ou "pontos-signos" que não têm função representacional, mas se relacionam com a exploração da força de trabalho, da natureza e da sociedade. Segundo Lazzarato (2014, p. 76): "eles são signos de poder porque, em vez de representar algo, eles antecipam, criam e moldam qualquer coisa. Signos de poder constituem uma economia de possíveis". Os pontos-signos operam de modo dual, por um lado continuam a trabalhar com as funções tradicionais de denotação e significação, apesar de que seja de maneira deteriorada, e, por outro lado, eles intervêm em processos materiais que não são acessíveis a tais funções. Exemplo disso são os microchips, fluxo de polaridades de óxido de ferro convertidas em números binários, que operam por processos de *input* e *output*, nos quais a denotação e a significação ficam à margem. "Fluxos de signos mobilizam fluxos reais, dando ordens e produzindo uma mudança nas condições" (Lazzarato, 2014, p. 76).

No capitalismo de plataformas é o "curtir" o signo do poder por excelência. Ele não expressa nada, além de uma possível adesão emocional, e, portanto, não reflexiva a uma imagem, ou no limiar de uma frase de efeito retirada do seu contexto originário. O curtir é autorreferencial (não tem referente) e desprovido de sentido, mas atravessado pela emoção. Para Han (2018, p. 27 – itálico no original): "O *curtir* é seu signo: enquanto consumimos e comunicamos, ou melhor, enquanto clicamos *curtir*, nos submetemos ao contexto de dominação. O neoliberalismo é o *capitalismo do curtir*".

Uma marca distintiva das semióticas a-significantes é a de operarem em um universo pré-verbal da subjetividade, o que as aproxima

da máquina. Esse universo é constituído por "(...) semióticas não-verbais, afetos, temporalidades, intensidades, movimentos, velocidades, relações impessoais e não atribuíveis a um sujeito ou a um sujeito individuado, e, desse modo, dificilmente apreensíveis pela linguagem" (Lazzarato, 2014, p. 78). Esse aspecto nos parece crucial para o nosso debate, porque nos remete a um modo de produção da subjetividade no qual se observa permanente tentativa de instituir o sujeito por fora da ordem da palavra, ou, talvez, de forma mais precisa, procurando secundarizar o lugar da palavra na produção da subjetividade. Sempre é oportuno lembrar, nessa direção, algo que já assinalamos anteriormente: a emergência e centralidade das neurociências no discurso sobre o ser humano na contemporaneidade. A servidão maquínica opera nesse nível infra-conceitual, no qual o que se procura é atingir o sujeito cerebral (Ortega, 2008) sem a mediação do conceito. Alicerçado nesses saberes, o capitalismo de plataformas não se orienta ao sentido linguístico, mas captura pela gestão da informação que escapa às palavras, não sendo atravessada pelo sentido.

O sujeito cerebral que as semióticas a-significantes instituem está orientado fortemente pelos vetores dos afetos, do temor, da compensação afetiva, da euforia, da excitação, do pânico, do ódio, emoções sempre presentes no mundo contemporâneo e que são aplicadas de maneira eficaz nas redes sociais, conduzindo a conduta dos indivíduos. Esses são os elementos a partir dos quais as plataformas operam, uma vez que nesse universo se demanda uma adesão emocional i-mediata (literalmente sem mediação racional) do indivíduo, suscitando uma conduta que precisa estar sempre sendo mantida

por um fluxo emocional permanente, sem descanso. Segundo Han (2018), o capitalismo contemporâneo é baseado na emoção e não no sentimento, uma vez que esse último é objetivo e abre espaço para a produção da subjetividade. Por outro lado, a emoção é fugaz, impermanente, dinâmica, situacional e performativa, remetendo a ações, e não a um estado. No entanto, o que o capitalismo sempre produziu, e continua a produzir de forma ainda mais eficaz sob a égide das plataformas, é uma situação paradoxal: um estado emocional. A vida on-line é a vida da emoção permanente, estar off-line é sinônimo de morte, porque dela resulta o fim da excitação.

O mundo da máquina, que faz tandem com as semióticas a-significantes, implica na eliminação da fronteira entre sujeito e objeto, ser humano e máquina. "Em um mundo maquinaocêntrico, para falar, ver cheirar e agir, fazemos corpo com as máquinas e as semióticas a-significantes." (Lazzarato, 2014, p. 78). Portanto, não é possível pensar a subjetivação humana no tempo presente fora das condições de produção de formas de vida que a máquina institui. Importa assinalar que aí reside um componente fundamental do capitalismo contemporâneo. Entendemos que a ontologia, da qual estamos situando aqui os contornos, é de fundamental importância para entendermos os processos de produção do real em tempos de capitalismo de plataformas, na medida em que a produção do real passa muito menos pela palavra e muito mais pela inscrição de signos de poder na produção da ordem social. Ainda, esses signos de poder são produzidos quando se tornam indistinguíveis os limites entre o humano e o não-humano, o ser humano e a máquina, como também são constituídos por semióticas a-significantes que se realizam em

afetos, intensidades, velocidades e relações impessoais, das quais não resulta a produção de um sujeito pela linguagem. Máquina e corpo se imbricam em um processo no qual os limites, outrora "claros e distintos", se tornam difusos, porosos, indistinguíveis.

As plataformas instigam a permanecermos cada vez mais tempo on-line, fazendo com que a vida se torne equivalente à vida on-line. Estar off-line é, conforme já assinalamos, sinônimo de morte. Assim, a vida passa a ser indistinguível da máquina, dos dispositivos eletrônicos que nos mantêm conectados ao mundo virtual das plataformas. Virtual e real, corpo e máquina, vida e conexão à rede web, informação e emoção são pares que se tornam indiscerníveis. Para Han (2018), a comunicação no mundo contemporâneo passa por um aplainamento, fruto da aceleração imposta pelas lógicas atuais de circulação de dados e que elimina as fronteiras e as desterritorializa. Para o autor, nesse processo "as pessoas também são desinteriorizadas, porque a interioridade atrapalha e retarda a comunicação" (Han, 2018, p. 20). Contudo, essa desinteriorização é alcançada não pela submissão violenta dos indivíduos, mas por uma permanente "exposição voluntária de si mesmo" (Han 2018, p. 20).

O modo de produção da subjetividade na lógica do capitalismo neoliberal na contemporaneidade se realiza seguindo dois eixos: a sujeição social, que está vinculada a processos molares — portanto, em perspectiva estrutural e centrado na figura das identidades. O segundo eixo, a servidão maquinaica, se realiza no plano molecular e está situado na dimensão da subjetividade. Essa segunda categoria é central para o debate que estamos propondo, na medida em que esta "(...) actúa sobre la

dimensión molecular, preindividual, infrasocial (los afectos, las sensaciones, los deseos, las relaciones aún no individualizadas, no asignables a un sujeto)" (Lazzarato, 2006b, s/p).

A servidão maquínica se pauta por um paradoxo, qual seja o de impossibilitar a produção de um sujeito, na medida em que demanda cada vez mais interação. O aumento da interatividade, lógica dominante no capitalismo neoliberal de plataformas, pressupõe a impossibilidade da enunciação, porque ao entrar em contato com a máquina, tanto menos se diz e tanto mais se é enunciado pela máquina. A máquina demanda uma renúncia do sujeito ao seu dizer. Tal relação com a máquina institui um limiar de indistinção entre homem e máquina, humano e não-humano, sujeito e objeto, sensível e inteligível, pares clássicos da ontologia e da teoria do conhecimento modernas.

Desse modo, o agenciamento da subjetividade hoje não pode prescindir da diluição das fronteiras dos pares acima apontados, mas, pelo contrário deve partir da permissão de tal indiscernibilidade para poder pensá-lo. Ler o capitalismo de plataformas sob essa ótica nos leva a conceber que esse modo de organização social e produção da subjetividade não deixa espaços lacunares, mas alcança um tal grau de capilarização, do qual ninguém parece ficar à salvo. A presença constante e insidiosa da máquina no modo em que vivemos permite uma sorte de onipresença da lógica do capital nas nossas vidas, produzindo-nos para esse sistema com uma mediação cada vez mais reduzida da palavra.

Desse modo, consideramos pertinente assinalar o que Han (2018) considera como sendo uma marca importante do que ele denomina de "psicopolítica" no capitalismo de plataformas ou como ele prefere dos *big-data*. Para ele,

os dispositivos do capital contemporâneo nos incitam a partilhar de forma incessante os nossos desejos, opiniões, estados emocionais, necessidades e gostos. Porém, a condução do comportamento não se dá mais na lógica da vigilância-repressão como no contexto da sociedade disciplinar, mas de um poder *afável* que é mais eficaz e poderoso do que o poder da repressão (Han, 2018, p. 27). Nesse movimento, o capitalismo torna os indivíduos não mais *obedientes*, mas *dependentes*.

Ao nos perguntarmos sobre o modo em que se realiza o processo de subjetivação, sob a égide da servidão maquínica, emerge a noção de ritornelo. O mundo social da servidão maquínica é diverso, múltiplo, fragmentado. Daí emerge a questão sobre de que maneira esse conjunto difuso de elementos pode ganhar o cariz de unicidade: esse elemento é, para Lazzarato, o ritornelo, categoria apropriada do pensamento deleuziano-guattariano. Vejamos:

A pesar de la variedad de componentes de sujeción y servidumbre, a pesar de la diversidad de temas de expresión y de sustancias de enunciación lingüísticas y maquínicas, discursivas y no discursivas que me atraviesan, conservo un sentimiento relativo de unicidad y de clausura, de completitud. Este sentimiento de unicidad y de completitud viene dado por lo que Deleuze y Guattari llaman ritornelo. De este conjunto de dispositivos se escinde un "tema", un ritornelo que funciona como un "imán": "Las diferentes componentes conservan su heterogeneidad, pero son capturadas sin embargo por un ritornelo" que las mantiene juntas. (Lazzarato, 2006b, s/p)

Ao nos indagarmos sobre o que seria o ritornelo no capitalismo neoliberal de plataformas, nos deparamos com a questão do *perfil* nas plataformas, particularmente as de redes sociais. O perfil das plataformas constitui-se em um *pseudo-altérego*, que ao aparentar captar os interesses, desejos, motivações, preferências e rejeições do indivíduo a ele adere e o interpreta fielmente. O perfil dá esse sentimento de unicidade nas

redes sociais, e o consideramos aqui o ritorno do capitalismo de plataformas. Nessa direção, as palavras de Rouvroy e Berns (2015, p. 41) são oportunas:

O datamining e a elaboração algorítmica de perfis, em sua relação aparentemente não seletiva com o mundo, parecem levar em consideração a integridade de cada real até em seus aspectos os mais triviais e insignificantes, colocando todo o mundo em igualdade – o homem de negócios e a diarista, o sikh e o islandês. Não se trata mais de excluir o que sai da média, mas de evitar o imprevisível, de tal modo que cada um seja verdadeiramente si mesmo.

O sentimento de si mesmo é dado pelo perfil no ambiente das plataformas. Quando você se cadastra em uma rede social ou quando instala um aplicativo, você passa a ter um perfil. O perfil é um conjunto de traços que não só dizem respeito a um indivíduo em particular, mas a um indivíduo coletivo, na medida em que passa a existir a partir de traços informacionais comuns de outros indivíduos. Neste caso, o algoritmo age agrupando indivíduos via probabilidades estatísticas de pessoas que têm interesses pelas mesmas coisas, que consomem produtos similares, que possuem comportamentos e traços psicológicos parecidos. Em suma: gestam a produção de indivíduos e coletividades; projetam possibilidades ontológicas; atuam em modos de governo e exercem práticas de governamentalidade. Tudo isso em linguagem digital-informacional, algorítmica.

À guisa de considerações finais: uma ontologia algoritmizada?

Retomando um dos argumentos deste escrito sobre a ontologia informacional e histórica, podemos pensar em perfis digitais como imagens de perfis biológicos. Assim, as biomassas, os corpos e cérebros podem ser compreendidos a partir de dois movimentos diferentes, porém

imbricados: a materialização digital da vida (incluindo o biológico enquanto matéria e enunciação) e a interpretação digital dos signos envoltos nessa discursividade, na qual permite que os indivíduos ajam sobre si (Rodríguez, 2019).

Como espelhos duplicados, algoritmo e biologia molecular carregam em si um 'governo' pautado na informação e na história. O histórico de navegação na internet faz com que o algoritmo aprenda o que lhe interessa e o que você gosta, criando assim um perfil a partir de uma base estatística. De igual modo, os neurônios, os linfócitos e os genes criam seu perfil biomolecular a partir de uma base de registro de informações de seu histórico de vida enquanto organismo – desde seus ancestrais. Com a inédita capacidade tecnológica e científica de manipular informações (tanto máquinas, como corpóreas), fica difícil prever os alcances dos efeitos dessas intervenções em níveis políticos e éticos em um mundo governado pelas regras do capitalismo neoliberal.

Ao nos indagarmos sobre o tempo presente, emerge, de pronto, a ideia de qual momento histórico nos situamos. Entendemos que vivemos uma nova etapa do capitalismo, que se erige sobre duas bases: o neoliberalismo como ideologia política dominante e uma nova configuração da produção e reprodução da vida, que se assenta sobre as plataformas virtuais (Srnicek, 2018). Entendemos que o tempo presente que habitamos pode ser nomeado como o de um capitalismo neoliberal de plataformas. Ao nos perguntarmos sobre o modo de organização dessa ordem social, emergem duas questões que consideramos cruciais: é possível pensarmos em uma nova ontologia própria dessa ordem social? Se é possível, que modos de produção da subjetividade emergem nesse contexto?

Referências

- CAPONI, Sandra. Quetelet, el hombre médio y el saber médico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, [s. l.], v. 20, n. 3, jul. 2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-688677>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DESROSIÈRES, Alain. *La política de los grandes números*. Barcelona: Melusina, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault – Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 229–250.
- FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970 – 1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975–1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. "Omnes et Singulatim": uma crítica da razão política. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos IV – Estratégia, Poder–Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 355–386
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977–1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica – o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Âyné, 2018.
- LAZZARATO, Maurizio. El "pluralismo semiótico" y el nuevo gobierno de los signos. *Transversal*, [s. l.], 2006a. Disponível em: <https://transversal.at/transversal/0107/lazzarato/es> Acesso em: 10 dez. 2022.
- LAZZARATO, Maurizio. La máquina. *Transversal*, [s. l.], 2006b. Disponível em: <https://transversal.at/transversal/1106/lazzarato/es>. Acesso em: 5 dez. 2022.
- LAZZARATO, Maurizio. *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: SESC/n-1 edições, 2014.
- LEMKE, Thomas. *Foucault, governamentalidade e crítica*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017.
- LUPTON, Deborah. *Data selves: more-than-human perspectives*. New York: Polity Press, 2019.
- ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 477–509, 2008. Disponível em <https://biblat.unam.mx/pt/revista/mana-rio-de-janeiro/articulo/o-sujeito-cerebral-e-o-movimento-da-neurodiversidade>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- RABINOW, Paul. Artificialidade e iluminismo: da sociobiologia à biosociabilidade. In: RABINOW, Paul. *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p. 135–157.
- RABINOW, Paul.; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, [s. l.], n. 24, p. 27–57, abr. 2006. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6600>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- RODRÍGUEZ, Pablo Manolo. *Las palabras en las cosas: saber, poder y subjetivación entre algoritmos e biomoléculas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2019.
- ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do eu. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 33–57, jan./jul. 2001. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaorealidade/article/view/41313>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- ROSE, Nikolas. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no Século XXI*. São Paulo: Paulus, 2013.
- ROUVROY, Antoinette. Entrevista com Antoinette Rouvroy: governamentalidade algoritmica e a Morte da Política. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v. 8, n. 3, p. 15–28, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view/36223>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Governamentalidade algoritmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação? *Revista Eco Pós*, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 35–56, 2015. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/2662. Acesso em: 26 ago. 2022.
- SRNICEK, Nick. *Capitalismo de plataformas*. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.
- ZUBOFF, Shoshana. *The Age of Surveillance Capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. Nova York: Public Affairs, 2019.